

Informalidade e o Microcrédito: Um Estudo de Caso do Programa Crediamigo de Juazeiro do Norte/CE

Maria Nivânia Feitosa Barbosa

Mestranda do curso de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Dr. William Eufrásio Nunes Pereira

Professor Adjunto do Departamento de Economia e aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (área de concentração: Desenvolvimento Regional) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: willa@ufrnet.br.

Ana Cristina dos Santos Morais

Mestranda em Economia Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: crystynamorays@hotmail.com.

Valdênia Apolinário

Doutora em Engenharia de Produção pela UFRJ e professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: valdenia@ufrnet.br.

Resumo

A informalidade no Brasil constitui um fenômeno de crescente crescimento nas últimas décadas. No Brasil a partir de 1990 surgem algumas instituições implementando programas de microcrédito que lidam com o pequeno empreendedor de baixa renda, predominantes em atividades informais de todos os setores, mas principalmente no comércio e prestações de serviços. O objetivo deste trabalho é analisar a informalidade e o perfil sócio-econômico dos microempreendedores beneficiários do programa de microcrédito crediamigo no município de Juazeiro do Norte/CE no período de 2008. O presente estudo foi realizado a partir da utilização de literatura sobre assunto abordado bem como, elaborou-se uma pesquisa de campo. Com base nos resultados encontrados pode-se concluir que o Programa de Microcrédito Crediamigo é relevante nas suas proposições de inclusão financeira de indivíduos não beneficiados por outras formas de crédito mais convencionais e que o mesmo tem de fato contribuído para o fortalecimento do setor informal.

Palavras-Chave: Informalidade. Microcrédito. Crediamigo.

1 INTRODUÇÃO

A informalidade no Brasil constitui um fenômeno de crescente crescimento nas últimas décadas e tem sido explicada pelos estudiosos da área por diversos fatores: a vontade de desenvolver carreira, a necessidade econômica, seja para complemento de renda ou para suprir novos desejos de consumo a falta de vagas no mercado formal de trabalho e pela inexistência de barreiras a novos entrantes o que facilita o ingresso de novos componentes nesse segmento entre outros.

Assim, diante da exclusão social exponenciada pela etapa atual de acumulação capitalista financeira, o microcrédito surge como uma inovação alternativa em termos de medidas de geração de renda e trabalho. A maior parte dos programas de microcrédito surgidos no Brasil em meados dos anos 1990 tem em comum o objetivo de combater a pobreza e o desemprego, por meio do fortalecimento das atividades econômicas de pequeno porte.

As origens do microcrédito estão ligadas às situações de pobreza e de dependência. Surgiu em 1976, em Bangladesh quando o economista Muhammad Yunus, tomou a iniciativa de conceder pequenos empréstimos com recursos próprios para mulheres habitantes do interior do país, a serem reembolsados quando estas tivessem condições de fazê-lo. Essa experiência inspirou o surgimento de diversas instituições de microfinanças na Ásia, América Latina e África sendo utilizadas na estratégia de geração de ocupação e renda para indivíduos à margem do mercado formal de trabalho e dos sistemas de empréstimos bancários convencionais.

É dentro desta lógica que em abril de 1998 o Banco do Nordeste cria o Programa de Microcrédito Crediamigo, na busca de promover inclusão e geração de renda dos beneficiários, através da oferta de pequenos empréstimos facilitados pela desburocratização e inclusão financeira de trabalhadores informais.

A clientela do crediamigo é formada por donos de pequenos negócios, que atuam geralmente no setor informal da economia. (NERI, 2008).

O objetivo deste artigo é analisar a informalidade e o perfil sócio-econômico dos microempreendedores beneficiários do programa de microcrédito crediamigo no município de Juazeiro do Norte/CE no período de 2008. A hipótese norteadora do trabalho é que o referido programa tem contribuído para fortalecimento do setor informal.

O trabalho está dividido da seguinte forma além desta introdução e das considerações finais, divide-se em quatro tópicos. No primeiro são discutidos alguns aspectos conceituais necessários à compreensão do tema como o setor informal, no segundo é abordado o surgimento e compreensão do microcrédito como instrumento de inclusão financeira. No terceiro é explicada a metodologia utilizada bem como a base de dados e a descrição das variáveis. No quarto, os dados serão analisados e discutidos e por fim, as referências.

2 SOBRE O SETOR INFORMAL

O termo “setor informal” origina-se e propaga-se no âmbito do Programa Mundial de Emprego, lançado em 1969 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O objetivo era “construir uma categoria de análise que descrevesse as

atividades geradoras de uma renda relativamente baixa e aglutinasse os grupos de trabalhadores mais pobres no meio urbano” (CACCIAMALI 1983, p.18).

No Brasil os estudos sobre a economia informal surgem com mais visibilidade a partir da década de 70 com as pesquisas domiciliares realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) proporcionando muitas informações sobre o trabalho informal. Em 1997 surge um método mais rigoroso realizando pesquisas voltadas especificamente para o setor informal, a pesquisa Economia Informal Urbana (ECINF), realizada pelo IBGE. Mas o foco da preocupação não parece ser o de conhecer os mecanismos de funcionamento da economia informal e o perfil dos trabalhadores nela inseridos e sim aspectos como a ordem tributária e equilíbrio fiscal. (HIRATA, 2008).

Segundo Ulyssea, (2006), desde o início da década de 80, o mercado de trabalho brasileiro vem se constituindo por grande número de trabalhadores sem contrato formal de trabalho: em 1981 o número desses trabalhadores representavam cerca de 28% da população ocupada, permanecendo praticamente estável ao longo da década. Entretanto a partir de 1990 tem início um processo de elevação no grau da informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Até então os trabalhos realizados sobre informalidade tinham a finalidade de discutir o que é o setor informal e qual a melhor forma de defini-lo. Vale salientar que não há um consenso em torno dessa questão e observa-se na literatura relativa à informalidade uma enorme variedade de definição.

Não existe uma descrição ou definição universalmente aceita ou precisa a respeito do termo “economia informal”, mas o mesmo pode se referir a todas as atividades de trabalhadores e unidades econômicas que legalmente ou na prática não são cobertas, ou o são apenas insuficiente, por arranjos formais. Tais atividades são ilegais, no sentido de que operam dentro da esfera legal, a lei não é aplicada ou imposta, ou a própria lei desencoraja a cooperação por ser inapropriada, onerosa ou excessivamente custosa. (DAZA, 2005, p.5 apud ULYSSEA, 2006).

A definição do setor informal, de acordo com a OIT, é estabelecida a partir da forma de organização das unidades produtivas não-agrícolas que leva em consideração o conjunto das empresas familiares operadas pelos proprietários e seus familiares, ou em sociedade com outros indivíduos. Esse setor é focado na produção de bens e serviços, com o objetivo central de gerar trabalho e renda, caracterizada pela produção em baixa escala e pelo reduzido nível de organização, em que não se verifica a separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção. São unidades produtivas que não dispõem de registros contábeis padrão bem como não são constituídas como entidades legais. (CACCIAMALI, 2007).

Segundo IBGE, empresa informal é aquela que não tem um sistema de contas claramente separadas das contas da família a empresa e seu quadro de colaboradores ou funcionários é constituído até cinco pessoas. Ao contrário dos conceitos anteriormente citados no IBGE a firma pode até ter Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mas se não tiver sistema de contabilidade própria é informal (LAGE, 2005).

A forma de emprego com carteira assinada perde espaço para o trabalho assalariado sem carteira assinada. Segundo Ramos e Ferreira, (2006) a informalidade pode ser entendida como ausência de proteção da legislação trabalhista nas relações de trabalho, como os chamados postos de trabalho

considerados por não recolherem os tributos previstos em lei, ficando assim desprotegidos do amparo dos benefícios da Previdência Social.

Por serem inúmeros os aspectos que envolvem a informalidade e várias as definições para esclarecer o assunto, no presente estudo, a delimitação do setor informal e sua definição estarão de acordo com a sugestão da OIT por se aproximar mais com a realidade estudada e pelo fato de um dos itens da atividade ser considerada como informal o fato de todos dos beneficiários entrevistados não possuir CNPJ.

A partir dos anos 90, com o surgimento de novas tecnologias e sua incorporação ao processo produtivo industrial e no setor de serviços, um número de trabalhadores sem capacidade profissional adequada, não consegue se fixar no mercado profissional formal, por não atender as novas exigências do mercado, formando uma nova classe de excluídos. Estes se vêem obrigados a se qualificar como forma necessária para ingressar no mercado de trabalho o que sem uma renda fixa se torna inviável. Muitos optam por abrir a sua própria atividade, assim o número de atividades vem crescendo nas últimas décadas, e muitos outros fatores tem contribuído para o crescimento elevado desse setor informal.

Tabela 1 – Distribuição Proporcional dos Principais Fatores Responsáveis pela Implementação de um Negócio Informal no Brasil – 1997 e 2003. (Dados em %)

Indicador Pesquisado	1997	2003
Não encontrou emprego	25	31,1
Complementação da renda familiar	17,7	17,6
Independência	20,1	16,5
Experiência na área	8,6	8,4
Tradição familiar	8,5	8,1
Negócio promissor	8,3	7,4
Outro motivo	5,1	5,8
Trabalho secundário	2	2,1
Horário flexível	2,1	1,9
Oportunidade de fazer sociedade	2,4	1

Fonte: IBGE, 1999, 2005 apud SOUZA, 2010.

De acordo com tabela 1, dentre os motivos que levaram o empreendedor informal a iniciar um negócio, desponta em primeiro plano a dificuldade de encontrar emprego, 25% em 1997 e 31,1% em 2003. Essa informação é um indicativo de que, no Brasil, a informalidade passou a absorver grande número de pessoas devido à falta de vagas no mercado formal de trabalho e pela inexistência de barreiras a novas entrantes, o que facilita o ingresso de novos componentes nesse segmento.

A pesquisa ECINF de 2003 realizada pelo IBGE em parceria com o SEBRAE constatou a existência de 10.525.954 pequenas empresas (com cinco ou menos trabalhadores) não agrícolas no Brasil. Dessas empresas, 10.335.962 eram informais e empregavam 13.860.868 pessoas. Quase 94% dessas cerca de dez milhões de empresas do setor informal não utilizavam, nos três meses anteriores a pesquisa, crédito para o desenvolvimento da atividade. (LAGE, 2005).

Esses dados confirmam o crescimento do setor informal no mercado de trabalho brasileiro e como esse importante setor da economia nacional está distante do mercado financeiro o que pode está fazendo com que ele permaneça aquém do que poderia.

3 O MICROCRÉDITO E O CREDIAMIGO DO BANCO DO NORDESTE

Como na experiência internacional, a maior parte dos programas de microcrédito surgidos no Brasil a partir dos anos 1990 tem em comum o combate à pobreza, por meio do fortalecimento das atividades de pequeno porte. A partir de

1995, o Banco do Nordeste juntamente com o Banco Mundial, deu início a uma parceria para implementar um programa de desenvolvimento local integrado a um sistema de microcrédito.

Para Barone (2002 p. 14), “Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema tradicional”.

Em abril de 1998, o Crediamigo do Banco do Nordeste inicia suas operações em 46 agências, que somadas às cinco agências-piloto implantadas cinco meses antes em Fortaleza, Salvador, Natal, João Pessoa e Recife, somavam 51 unidades operadoras. O crédito contratado é liberado integralmente em até sete dias. Os primeiros empréstimos variam entre R\$ 100,00 a R\$ 4.000,00 conforme a necessidades do empreendedor e o porte do negócio. Podendo ser renovado e evoluir até R\$ 15.000,00, dependendo do pagamento e estrutura do negócio. O programa atende aos empreendedores de todo o Nordeste, Brasília e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Os tipos de empréstimos oferecidos são: giro popular solidário, capital de giro solidário, crédito de giro individual, crédito individual para investimento fixo, seguro prestamista, conta corrente, orientação empresarial e Crediamigo comunidade.

Segundo dados do Banco do Nordeste em 2008 o programa contava com 343.248 clientes ativos em todo o Nordeste, tendo emprestado mais de 4 milhões e contratado R\$ 4.538.755 operações acumuladas desde sua existência.

Conforme informação do Banco do Nordeste em 2008, a Regional Ceará possuía 104.517 clientes ativos, com uma carteira ativa de R\$ 75.551 milhões.

3.1 A UNIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE/CE

Juazeiro do Norte/CE é uma das cidades do Ceará em que o programa crediamigo funciona desde 1998. O município está localizado no Sul do Estado do Ceará, foi criado em 1911 e é a principal cidade da Região do Cariri. De acordo com o IBGE a população do município de Juazeiro do Norte é de 240.638 habitantes sendo 95,33% domiciliados na zona urbana e 4,67% na zona rural.

A Regional do Crediamigo de Juazeiro do Norte é composta por 12 unidades que são distribuídas em todo o Centro-Sul do Estado do Ceará. A unidade de Juazeiro do Norte se destaca entre as demais por ser uma das maiores. A tabela 2 apresenta o desempenho operacional da unidade de Juazeiro do Norte/CE.

Tabela 2- Resultados do Crediamigo em Juazeiro do Norte/CE 1999 a 2008

Unidade de Juazeiro do Norte	Clientes Ativos	Carteira Ativa*(R\$ milhões)	Inadimplência %	Quantidade de Clientes atendidos
1999	695	231.196,01	0,94	1.272
2000	985	444.815,36	0,24	2.029
2001	1.429	691.424,89	0,04	3.035
2002	1.961	1.007.493,80	0,93	4.112
2003	2.141	1.187.707,48	0,28	5.398
2004	3.018	1.608.971,47	0,25	6.718
2005	3.841	2.072.584,00	0,31	8.248
2006	4.844	2.953.346,19	0,4	9.997
2007	6.222	4.480.708,22	0,46	12.517
2008	7.066	5.266.051,00	0,73	14.121

Fonte: Banco do Nordeste, 2010. * Clientes normais ou em atraso até 90 dias.

Conforme tabela 2 a unidade de Juazeiro do Norte/CE, alcançou 7.066 clientes. Quanto à inadimplência observa-se conforme tabela 2 que é bem controlada e este fato se deve a procedimentos metodológicos do programa tais como: visita as atividades por um assessor de crédito a cada 45 dias, os grupos usarem o aval solidário, entre outros. Vale salientar que a quantidade de clientes atendidos supera muito a quantidade de clientes ativos devido à evasão, esta por motivos de restrições bancárias e comerciais, grupo e atividades desfeitas, morte entre outros.

4 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Com o objetivo de analisar o setor de atividades que os beneficiários estão inseridos no microcrédito no município de Juazeiro do Norte/ CE, optou-se por um estudo baseado numa pesquisa de levantamento de dados primários.

Tal realização constou da aplicação de questionário indagando sobre os aspectos sócio-econômicos dos microempreendedores beneficiários realizada durante os meses de novembro a dezembro de 2008¹.

¹ A amostra foi definida a partir do método proposto por Fonseca e Martins (1996) para populações

finitas, dado pela seguinte relação:
$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$
 Onde: n é o tamanho da amostra, z a abscissa da normal padrão, p a estimativa da proporção da característica pesquisada no universo, q o seu valor complementar (1-p), N é a população constituída pelo número total de microempreendedores beneficiários de cada grupo e d é o erro amostral. Os valores para este trabalho foram assim especificados: N= 7.066; Z= 1,64; d=0,1 para um nível de confiança de 90% e p=q=0,5, valores utilizados quando não se conhecem previamente as características pesquisadas na população. Assim utilizou-se uma amostra de 67 beneficiários.

4.1 VARIÁVEIS DO ESTUDO

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas como referência para a elaboração do instrumento de coleta e da análise de resultados as seguintes variáveis:

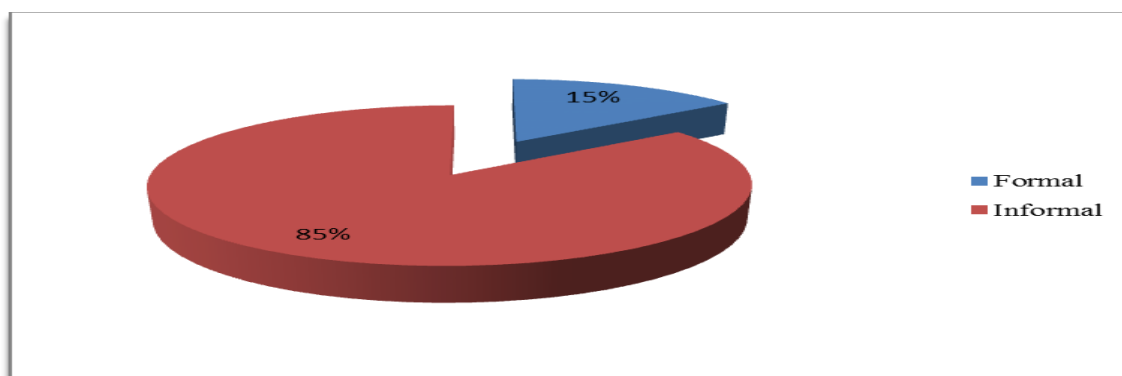
- a) **Idade:** determinada em anos, conforme as faixas etárias: 18-25, 26 a 35, 36 a 45, 46 a 55 e maior que 56 anos de idade.
- b) **Gênero:** se pertence ao sexo feminino ou masculino.
- c) **Sub-setor de atividade:** com esta variável busca-se verificar qual atividade desempenhada pelo beneficiário: indústria, comércio, serviço.
- d) **Situação do empreendimento:** esta variável verifica se atividade do beneficiário é na própria residência, em ponto comercial próprio, ponto comercial alugado ou ambulante.
- e) **Sector de atividade:** verifica se setor formal ou informal;
- f) **Renda mensal:** Esta variável procura identificar se a renda é inferior a 1 salário mínimo, renda entre 1 e 2 salários mínimos ou renda superior a 2 salários mínimos.

5 RESULTADOS DA PESQUISA APLICADA

Na pesquisa aplicada aos beneficiários observa-se que a idade dos beneficiários variou entre 20 e 64 anos, sendo que a faixa etária entre 26 e 35 anos é a idade com maior frequência. Vale ressaltar que para Neri (2008), essa é uma variável relevante na medida em que remete à experiência, o que contribui para abertura de negócios próprios.

No que se refere ao gênero dos clientes presentes na amostra verificou-se que 63% são mulheres e apenas 37% são homens, e conforme pesquisas já realizadas por Neri (2008), tanto o programa crediamigo como a maior parte de programas de microcrédito, tem como clientes predominantes mulheres. Segundo Wajnman (1998), as situações ocupacionais específicas que permitiram o crescimento da atividade feminina é a de conta própria no comércio de mercadorias, cujo crescimento deveu-se, sobretudo, ao aumento de comércio ambulante de cosméticos, gêneros alimentícios entre outros.

Gráfico 1 - Setor de atividades programa Crediamigo Juazeiro do Norte/CE 2008

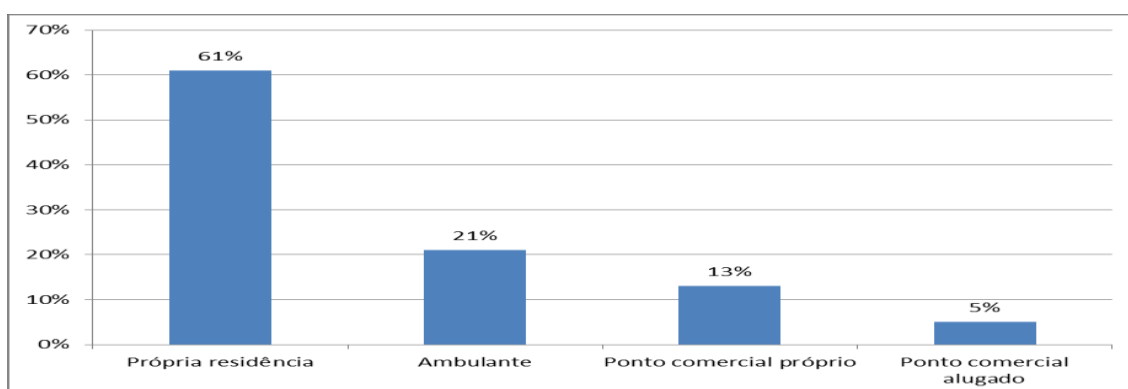


Fonte: Elaborado através da pesquisa de campo

Quando se visualizam os resultados com relação ao setor de atividade constata-se de acordo com gráfico 1, que 85% dos entrevistados estão no setor informal esse fato vem concordar com dados publicados por Santos e Gois (2011), pois os clientes do crediamigo são pessoas que trabalham por conta própria, sendo empreendedores atuantes em geral no setor informal da economia. Conforme Neri, (2008) a clientela do crediamigo é formada por donos de pequenos negócios, que atuam geralmente no setor informal da economia.

No que se refere a situação dos empreendimentos das atividades de acordo com gráfico 2, 61% dos entrevistados realizam suas atividades na própria casa, 21% são ambulantes seguidos por 13% que realizam atividade em ponto comercial próprio e apenas 5% em ponto comercial alugado. Vale destacar que segundo Lage (2005), a participação dos empreendimentos que funcionam no domicílio do cliente tem aumentado, com queda na participação dos que funcionam em lojas e oficinas.

Gráfico 2 Situação do empreendimento crediamigo Juazeiro do Norte/CE 2008

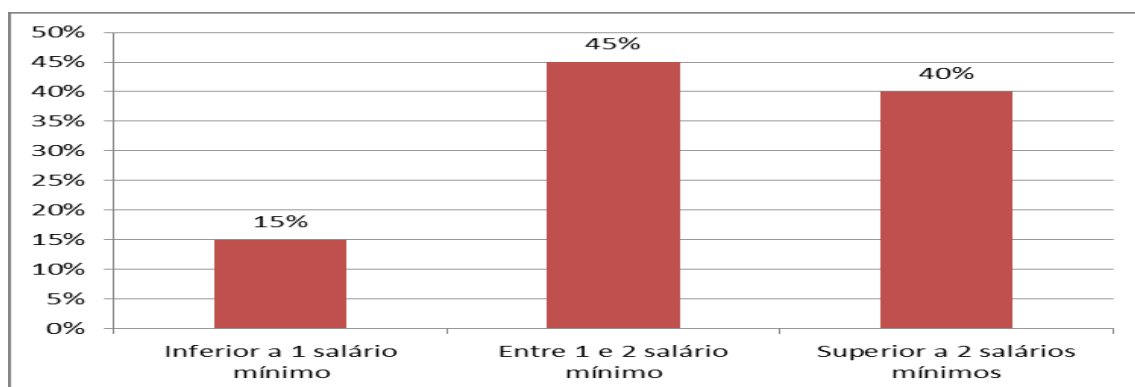


Fonte: Elaborado através da pesquisa de campo

Quando se avalia a variável sub-setor de atividades nota-se uma grande maioria 79% atuando no setor comércio e 10% tanto para o setor serviços como indústria. Em trabalho publicado por Neri (2008), mostra que 92% dos clientes entrevistados do programa crediamigo como um todo atuam no setor de comércio. As iniciativas podem ser agrupadas conforme o setor em que os clientes atuam, como comércio (ambulantes, vendedores em geral, mercadinhos, papelarias, armarinhos, bazares, restaurantes lanchonetes, feirantes, pequenos lojistas, açougueiros, vendedores de cosméticos e outros); Indústria (marcenarias, sapatarias, artesanatos, padarias, produções de alimentos e outros); e serviços (salões de beleza, oficinas mecânicas, borracharias e outros).

De outra parte, quando se avalia os resultados sobre a renda mensal do beneficiário, observa-se que a menor renda declarada foi de R\$ 200,00 e a maior de R\$ 4.500,00. O gráfico 3 revela que a maioria 45% dos entrevistados tem renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos, seguidos por 40% com renda superior a 2 salários mínimos e 15% com renda inferior a 1 salário mínimo. Para Souza e Romancini (2005), pode-se demonstrar que o rendimento per capita da maioria dos trabalhadores informais, situa-se na faixa de 2 a 3 salários mínimos. Percebe-se uma significativa diferença de salário o que indica desigualdade de rendimento no interior do próprio setor informal.

Gráfico 3 - Renda dos microempreendedores crediamigo Juazeiro do Norte/CE 2008



Fonte: Elaborado através da pesquisa de campo. (Renda mensal)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a analisar a informalidade e o perfil sócio-econômico dos microempreendedores beneficiários do programa de microcrédito crediamigo no município de Juazeiro do Norte/CE.

Com base nos resultados encontrados no presente trabalho, observa-se que a idade dos beneficiários variou entre 20 e 64 anos, a faixa etária entre 26 e 35 anos é a idade com maior frequência. No que se refere ao gênero dos clientes presentes na amostra verificou-se que 63% são mulheres e apenas 37% são homens. Com relação a situação dos empreendimentos das atividades 61% realizam suas atividades na própria casa e no que diz respeito à atividade desempenhada de acordo com setor dos beneficiários os mesmos se encontram essencialmente no comércio. Quando se visualizam os resultados com relação ao setor de atividade constata-se que 85% dos entrevistados estão no setor informal. Os resultados sobre a renda mensal do beneficiário revelam que a maioria 45% dos entrevistados tem renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos.

Assim, pode-se concluir que o Programa de Microcrédito Crediamigo é relevante nas suas proposições de inclusão financeira de indivíduos não beneficiados por outras formas de crédito mais convencionais e que o mesmo tem de fato contribuído para o fortalecimento do setor informal.

Entretanto, ainda são muitos os desafios para uma adequada consolidação e expansão do microcrédito no país. O número de operações e instituições é pequeno se considerarmos o tamanho da economia brasileira, em especial do setor informal.

Por fim, pesquisas futuras poderão investigar os impactos do crédito sobre a performance do negócio verificando assim os possíveis benefícios derivados do acesso ao crédito.

REFERÊNCIAS

CACCIAMALI, Maria Cristina. **(Pré) conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes.** *Econômica*, Rio de Janeiro, v.9, n1 p.145-168, junho 2007.

Setor informal urbano e formas de participação na produção. Tese de Doutorado-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

FONSECA, Jairo Simon da Fonseca & MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de Estatística.** 6ª edição. Editora Atlas. São Paulo, 1996. 320 p.

HIRATA, Guilherme Issamu; MACHADO, Ana Flávia. **Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia.** *Econômica*, Rio de Janeiro, v 10 n 1 p. 123 a 143, junho 2008.

LAGE, Janaína. 2005. **A economia informal urbana, segundo o IBGE.** In: Folha on line. Rio de Janeiro. 19/05/05. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u96456.shtml>>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

NERI, Marcelo. **Microcrédito o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro: Perfil e performance dos clientes do crediamigo.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2008.

RAMOS, Lauro & FERREIRA, Valéria. 2006. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no período 1999-2005.** Rio de Janeiro: IPEA/Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), v. 36, n. 3. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/59/33>>. Acesso em 22 de novembro de 2011.

SANTOS, Arnaldo; GOES, Francisco F de. **Microcrédito e desenvolvimento regional.** Fundação Paulo Bonavides. Instituto para o desenvolvimento de estudos econômicos, sociais e políticas públicas. Fortaleza: Premius, 2011.

SITE DO BANCO DO NORDESTE (www.bnb.gov.br).

SOUZA, Maria Célia Garcia Ferreira de. **O Desenho do Programa do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado.** Fortaleza: BNB, 2010.

SOUZA, Edilson Almeida; ROMANCINI, Sonia. **Mercado Informal Estratégia de sobrevivência.** Anais do X Encontro de Geógrafos, da América Latina. 20 a 25 de março de 2005 Universidade de São Paulo

WAJNMAN, S., QUEIROZ, B., LIBERATO, V. **O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil.** Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Abep, v. 2, p. 2.429-2.454, 1998.

ULYSSEA, Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura.** *Revista Economia Política*. V.26,n4(104),p596-618.out a dez.